

# ***A Periodização da História da Política Externa Brasileira***

Amado Luiz Cervo

Em 1985, por ocasião de um colóquio internacional relativo à metodologia da História das Relações Internacionais, o italiano Brunelo Vigezzi apontava para a necessidade de periodizar essa história nos três últimos séculos. Considerava essa tarefa prioritária sobre o estudo dos fatores, uma vez que os dados disponíveis, segundo ele, suscitam apenas incertezas.

A periodização estabelecida na monumental *Histoire des Relations Internationales*, dirigida por Pierre Renouvin, é, em última análise, decepcionante. Na historiografia, nos textos metodológicos e teóricos que se ocupam com o campo da História das Relações Internacionais, há carência de reflexão, mas reclamações isoladas e insistentes sobre o problema da periodização.

Essa carência não é privilégio de nossa especialidade, ao contrário, um problema de toda a historiografia. Veja-se, por exemplo, a polêmica descrita por Perry Anderson acerca da periodização do Estado absolutista. Entre nós, os teóricos da dependência foram os que colocaram da forma mais explícita a questão.

Amado Luiz Cervo é doutor em História e professor da UnB.  
*Textos de História* 1 (1993): 49-57.

H - I - S - T - Ó - R - I - A

Há duas constatações: a teoria da periodização não está elaborada para a necessidade da corporação de historiadores e as tentativas disponíveis de periodização não satisfazem.

Por que periodizar? A quem cabe a tarefa: ao construtor das sínteses ou a todos? Muitas dúvidas e outras tantas convicções: o verdadeiro historiador sabe que tem na periodização um condicionante estratégico de seu trabalho; que a aventura de periodizar é temerária, que supõe maturidade de espírito e domínio seguro do conhecimento. A menos que conservemos comodamente as festas nacionais, os gritos de estadistas e ditadores, as bravatas dos guerreiros e outros fatos políticos como balizas do tempo histórico.

É evidente a necessidade de abandonar as periodizações nacionais em favor das relações internacionais nos dois últimos séculos. A internacionalização crescente da economia, força determinante da história, vem atrelando a si as decisões políticas dos homens de Estado, a evolução cultural, as mentalidades, os padrões de comportamento, a vida quotidiana dos povos e indivíduos. É nas modificações de essência da economia internacional que se devem buscar as mudanças de natureza das relações internacionais.

Acompanhemos um exemplo de René Girault, o catedrático de História das Relações Internacionais da Sorbonne.

A crise de 1929 e a guerra modificaram a história, comprometendo as reflexões metodológicas de Pierre Re-

nouvin, embasadas nos exemplos históricos empíricos da fase anterior. Quatro variáveis estariam na origem das mudanças: a) a presença maior do Estado na economia capitalista, enquanto empresário, banqueiro e comerciante, assessorado por burocratas cientistas; b) a presença das organizações internacionais (17.000 em 1985), transferindo para fora do Estado o confronto entre as forças econômicas e políticas e tornando as relações internacionais extremamente complexas; c) as multinacionais privadas e a internacionalização do capital: como abordar agora o imperialismo de **um** Estado? d) o envolvimento direto e profundo da política e da diplomacia com os problemas econômicos.

Segundo Girault, a natureza das relações internacionais modificou-se com as mudanças ocorridas na evolução do capitalismo e a pesquisa histórica deve orientar-se em novas perspectivas: recolocar o fato estudado na tendência; situá-lo no contexto econômico e na perspectiva das relações interestatais; estudar as mutações do novo período, tomando-se como “lei geral” a determinação dominante da evolução do capitalismo.

A formulação teórica da “explicação em três instâncias” será o ponto de partida de nossa reflexão sobre o problema da periodização.

A maneira de ler o documento e de interpretar o fato histórico, na área das relações internacionais, passa teoricamente por três instâncias. As escolas históricas, *grosso modo*, inventaram-nas. A instância da explicação atemporal, atípica, singular, autônoma, imediata, não-referente, produziu a velha história diplomática. A mo-

terna História das Relações Internacionais que a sucedeu nasceu com outra maneira de manipular o documento diplomático. Passou-se a historicizar as fontes e os meios de lê-las. A explicação estaria no tempo e resultaria do balanço que o historiador estabelece entre as determinações de um quadro global. A escola de interpretação marxista ortodoxa produziu um periodização rígida, com influência sobre inúmeras construções historiográficas que subordinam o político ao econômico. Teve o mérito de induzir a terceira instância: o período.

Assim se definem as três leituras e as três instâncias de explicação: a singular, a global e a temporal. Dessa forma, o conceito de período se sobrepõe aos de circunstâncias, conjuntura, estrutura, longa duração. Envolve-os e os supera. O período se define por mudanças de essência que marcam a evolução e condicionam sua interpretação. Periodizar significa, pois, balizar o tempo em unidades seqüenciais de explicação, não autônomas, porém distintas. O período é a referência síntese das referências. É útil do ponto de vista didático, é prático enquanto estratégia de investigação. Orienta o estudo das mudanças e, na contra-mão, permite situar o fato na tendência, onde também reside sua inteligibilidade. O período deve produzir conceitos próprios, oriundos de sua especificidade histórica.

No campo da História das Relações Internacionais, a periodização, segundo Jean-Baptiste Duroselle, corresponde ao esforço de integrar no movimento as categorias paralelas de análise da vida internacional, que são os componentes, os cálculos estratégicos e a aplicação das forças profundas.

Isto posto, conduzimos agora nossa reflexão sobre a periodização da História da Política Externa Brasileira.

Deixamos de lado as periodizações atreladas à história da política interna — Primeiro Reinado, Regência, Segundo Reinado, República Velha, Revolução de 30, populismo, regime militar — porquanto não se enquadram em nossos pressupostos teóricos.

A periodização da história da política externa brasileira pode induzir esquemas diversos, na medida em que se contrai ou se amplia a base de análise. As teorias de dependência envolvem um esquema típico de base contraída e por isso se prestaram a periodizações rígidas de longo alcance. Vejam Ladislau Dowbor: a) fase portuguesa, a dependência colonial; b) a fase inglesa, a dependência neo-colonial; c) a interiorização da relação de dependência com a fase americana e multinacional. Florestan Fernandes: a) o antigo sistema colonial; b) o neo-colonialismo de período pós-independente; c) o imperialismo, a partir de 1840-50; d) o capitalismo corporativo e monopolista do pós-guerra. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, referindo-se à América Latina como um todo: a) fase de expansão para fora, do período colonial ao século XX; b) fase de transição, com o início da industrialização e da urbanização; c) fase de expansão para dentro, a partir da crise de 1929.

Para o historiador que pretenda construir uma síntese da História da Política Externa Brasileira, o esquema de base contraída, que tem por parâmetro as determinações econômicas internas e externas e sua

interação, não é suficiente. Como não seria, no outro extremo, o parâmetro das mudanças políticas internas.

O esforço em periodizar a História da Política Externa Brasileira pressupõe uma base ampliada de análise, que compreende, entre outros fatores:

- 1) os condicionamentos externos, que se traduzem em escala de pressão interna ou obstáculo de ação externo e que determinam, por vezes, o poder de barganha;
- 2) a composição sócio-econômica interna e sua capacidade de pressão;
- 3) as metas e desígnios dos homens de Estado;
- 4) o grau de dependência ou autonomia do Estado na elaboração da política externa;
- 5) o grau de capacidade ou incapacidade de implementação de estratégias estabelecidas;
- 6) a percepção do interesse nacional;
- 7) a referência das políticas ao interesse nacional;
- 8) o processo decisório.

A partir de tal base ampliada de análise, pode-se identificar mudanças de essência que compactariam períodos históricos, como, por exemplo: períodos em que o triunfo das pressões externas se conjuga com interesses internos do grupo sócio-econômico hegemônico e que correspondem a percepções restritas do interesse nacional; períodos em que se definem metas externas conjugadas ao interesse nacional, sob a forma de percepção ampla; períodos de ostracismo caracterizados pelo enfraquecimento do processo decisório e pela ausência de metas do Estado. Teremos periodizações diferentes, con-

forme elegermos um ou dois ou três ou todos os fatores. Aí está a periodização dependentista clássica: isola os dois primeiros fatores. Se dermos ênfase a um determinado fator, sem isolá-lo, também teremos periodizações diferentes.

Vejam os exemplos, a partir das determinações externas prevalentes, associadas a percepções restritas do interesse nacional: a política externa da época da Independência, política de concessões ao estrangeiro de sacrifício nacional, prejudicial ao momento histórico e à posteridade; a política externa da República antes de Rio Branco, igualmente concessionista; a política ostracista de República Velha pós-Rio Branco; a política do realinhamento no início do Regime Militar.

Vejam os exemplos a partir de percepções amplas do interesse nacional, associadas à definição de metas externas, ao fortalecimento do processo decisório interno e a maior capacidade de implementar estratégias: a política externa formulada nos meados da década de 1840, um projeto para o Brasil, ousado, coerente, correto, até profético; Rio Branco e sua estratégia de defesa antiimperialista e de afirmação da soberania, embora o exemplo esteja prejudicado por uma percepção restrita do interesse nacional; Vargas, a partir de 1936-37, que recupera o projeto dos homens da década de 1840, porém em melhores condições de implementação; tal projeto, que tropeça nas dificuldades da era populista, tomando feições de curto prazo, como o desenvolvimentismo de Kubitschek, a política externa independente, o pragmatismo utilitarista de Geisel.

Periodizar significa qualificar a essência histórica de um tempo. Após dois anos de leituras do material bibliográfico disponível sobre a História da Política Externa Brasileira, estamos agora refletindo e buscando o diálogo para uma proposta de periodização. Esperamos que o debate venha fecundar nosso pensamento.

Sintetizamos e retomamos, enfim, nossas idéias.

A periodização é uma estratégia de investigação. O período corresponde a uma unidade explicativa cuja especificidade decorre das mudanças de essência no tempo.

Há três instâncias de explicação, às quais se conformam três maneiras de ler as fontes e interpretar os fatos: a singular, a global e a periódica.

A periodização de base contraída de análise elege um ou mais fatores que caracterizam mudanças de essência no tempo, eliminando outros que também atuam como determinações históricas.

A periodização de base ampliada de análise, adequada ao método histórico de investigação, resulta de uma avaliação da capacidade de determinação dos diversos fatores que se conjugam para caracterizar o período.

### **Bibliografia**

Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

- Cervo, Amado Luiz e Clodoaldo Bueno. *A política Externa Brasileira (1822-1985)*. São Paulo: Ática, 1986.
- Dowbor, Ladislau. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- Duroselle, Jean-Baptiste. *Tout Empire Périra; une vision théorique des reallions internationales*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1982.
- Fernandes, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- Relations Internationales* 41 (Printemps 1985).
- Renouvin, Pierre e Jean-Baptiste Duroselle. *Introdução à História das Relações Internacionais*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- Rodrigues, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.